

## **Conselho Tutelar: Possíveis intervenções**

Antonella Cabrini de Lima<sup>1</sup>  
Yasmin de Oliveira Farias<sup>1</sup>  
Tatiana Guimarães Jacques<sup>2</sup>

O Conselho Tutelar é um órgão público, autônomo, criado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, mediante a Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990, para ser uma instância de representação da sociedade civil, atuante na defesa dos direitos fundamentais da criança e do adolescente quando estes são violados. É estruturado no Município e composto por cinco conselheiros eleitos por voto direto para um mandato de três anos (CASTRO et al. 2010). Diante disso, escolhemos um Conselho Tutelar pertencente a uma cidade no litoral norte do Rio Grande do Sul para realizar a pesquisa articulada na cadeira de Seminário Integrador III: Processos e Práticas Psicológicas Contemporâneas. Este trabalho objetivou reconhecer as particularidades da instituição e realizar uma intervenção psicossocial em áreas em que os conselheiros encontram dificuldades em realizar seu trabalho. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas com quatro conselheiras acerca do funcionamento do Conselho, das principais demandas, obstáculos encontrados no serviço e dos fatores que poderiam ser aprimorados. Através do discurso das funcionárias, constatou-se que as principais demandas do serviço estão relacionadas à evasão escolar e abuso, tanto psicológico quanto físico. As conselheiras relataram dificuldades, pois, em muitas ocasiões, fogem da competência da instituição determinadas demandas e elas acreditam que este fato influencia negativamente na importância que o seu trabalho tem, retirando a credibilidade do órgão perante a sociedade. Em relação às situações de abuso, o que mais as incomoda é a exposição dada aos casos e o prejuízo que ela poderá acarretar na vida dos envolvidos. Outras dificuldades relatadas foram em relação aos “adolescentes rebeldes”, pois os pais não têm controle sobre as decisões dos filhos, dificultando assim um possível

<sup>1</sup> Graduandas do curso de Bacharelado em Psicologia – UNICNEC.

<sup>2</sup> Professora orientadora – UNICNEC.

*Conhecimento e Diversidade: Caminhos para novas descobertas*

tratamento; à falta de “técnica” para lidar com as situações e à ausência de um psicólogo e/ou assistente social na equipe. Após a escuta, realizamos uma reunião com a equipe e a intervenção psicossocial, onde oferecemos sugestões para as dificuldades encontradas nos relatos. Como resultado da intervenção, os conselheiros informaram que entrariam em contato com o Ministério Público e solicitariam uma reunião com a juíza para discutir quais ferramentas o Conselho poderia utilizar nos casos de negligência e abuso, de modo que seu trabalho fosse visto de forma efetiva pela sociedade. Quanto aos casos dos “adolescentes rebeldes”, os conselheiros se interessaram por buscar especializações e solicitar à prefeitura a verba necessária para que um psicólogo possa vir esclarecer as dúvidas dos funcionários do Sistema Único de Assistência Social e auxiliar nas questões relativas à técnica. Em relação às outras propostas, em discussão foi constatado que, diante dos recursos que o Conselho possui seus funcionários já fazem um trabalho satisfatório. Muitas situações envolvem mais o bom funcionamento das Políticas Públicas e, dentro das ferramentas que são oferecidas, os conselheiros executam seu trabalho até onde é possível.

**Palavras-chave:** Conselho Tutelar, Intervenção Psicossocial, Crianças e Adolescentes.